

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                             |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                        | <b>2</b>  |
| Título: Rio consegue liberar R\$ 1,1 bilhão em royalties dados como garantia a credor ..... | 2         |
| Título: Em defesa das tarifas de carbono .....                                              | 4         |
| Título: Leilão de RR é o primeiro do governo.....                                           | 6         |
| Título: Projeto integrado para mina na Bahia.....                                           | 8         |
| Título: Governo estuda ampliar trecho da Fiol que deve ir a leilão neste ano .....          | 10        |
| Título: CCEE busca alternativa aos contratos de reserva .....                               | 12        |
| Título: STF suspende julgamento sobre privatizações .....                                   | 13        |
| Título: Petrobras deveria receber hoje US\$ 8,6 bi pela venda da TAG .....                  | 15        |
| Título: Minério interrompe rali de alta, mas sobe 10% no mês; petróleo recua 10% .....      | 16        |
| Título: Eternit demite todos os 400 funcionários da Sama .....                              | 18        |
| Título: Atvos terá de encarar desafios operacionais.....                                    | 20        |
| Título: Caixa busca formas de atrair varejo para oferta da Petrobras .....                  | 22        |
| Título: Aposto é que setor extrativo vai melhorar .....                                     | 23        |
| Título: Retomada só ganhará força com melhora do cenário fiscal, diz Guedes.....            | 25        |
| Título: Para Guedes, aliança com Centrão é decisiva .....                                   | 26        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                  | <b>27</b> |
| Título: Brumadinho puxa resultado negativo do setor industrial .....                        | 27        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                     | <b>29</b> |
| Título: Governo desconvida embaixadora de Juan Guaidó .....                                 | 29        |
| Título: Amazônia perde 'uma Alemanha' em 60 anos .....                                      | 31        |
| Título: Investidor quer sinal de Bolsonaro sobre ambiente .....                             | 33        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                                | <b>34</b> |

|                                                                 |    |
|-----------------------------------------------------------------|----|
| Título: Paulo Guedes vai ao STF defender privatizações .....    | 34 |
| Título: 'A estagnação pode virar recessão com facilidade' ..... | 36 |

|                 |                                                                                      |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b>                                                               |
| <b>Data:</b>    | <b>31/05/2019</b>                                                                    |
| <b>Seção:</b>   | <b>Brasil</b>                                                                        |
| <b>Autor:</b>   | <b>Rodrigo Carro   Do Rio</b>                                                        |
| <b>Título:</b>  | <b>Rio consegue liberar R\$ 1,1 bilhão em royalties dados como garantia a credor</b> |

O governo fluminense conseguiu desbloquear nos últimos dois meses R\$ 1,1 bilhão em recursos provenientes de royalties do petróleo que haviam sido retidos para garantir o pagamento de operações de crédito contraídas com investidores estrangeiros entre 2014 e 2018. No período, o Estado levantou US\$ 3,7 bilhões no exterior em três captações financeiras que - em conjunto - ficaram conhecidas como Operação Delaware. Os empréstimos foram lastreados por papéis criados a partir da securitização (conversão em títulos) do fluxo futuro de royalties.

Os recursos estavam congelados como garantia contra eventual queda nas receitas de royalties e participações especiais. Além do montante de R\$ 1,1 bilhão liberado em abril, o Estado conseguiu evitar a retenção de mais R\$ 1,3 bilhão, em março. Os recursos ajudam a engordar o caixa do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência).

"Nossa previsão era de um fluxo de caixa de R\$ 1,5 bilhão em royalties para o primeiro semestre deste ano", afirmou Sergio Aureliano, presidente da autarquia estadual. "Conseguimos receber até agora R\$ 3,9 bilhões em royalties."

A entrada de recursos extras nos cofres do fundo previdenciário estadual diminuiu, pelo menos até agora, a necessidade de aportes do Tesouro fluminense. Em fevereiro, as projeções do Rioprevidência indicavam a necessidade de R\$ 4 bilhões em aportes ao longo de 2019. A previsão atualizada

é de que os aportes necessários caiam para R\$ 1,6 bilhão neste ano, de acordo com Aureliano.

Os contratos relacionados à Operação Delaware incluem uma série de "gatilhos", ativados em caso de aumento no risco de inadimplência por parte do governo fluminense. A capacidade de pagamento do Estado é medida pelo índice de cobertura da dívida - a proporção entre a receita total de royalties e os valores pagos aos credores.

No caso do dinheiro congelado até recentemente, havia a perspectiva de que a produção do campo petrolífero de Lula, o maior do país em atividade, fosse reduzida em consequência de paradas para manutenção em algumas de suas plataformas, conta Aureliano.

Para ter os recursos liberados, o Estado do Rio precisou apresentar um laudo da consultoria internacional Wood Mackenzie mostrando que o fluxo de royalties usados para pagar credores não seria afetado pela parada das plataformas no campo da Bacia de Santos.

"Provamos que outros campos compensariam a produção de Lula", conta o presidente do Rioprevidência. Segundo Aureliano, ainda há cerca de R\$ 1,6 bilhão em receitas de royalties retidas por força de garantias estabelecidas em contrato.

As negociações com os credores estrangeiros começaram em janeiro deste ano. Além da questão da liberação do dinheiro dos royalties, o Estado do Rio pleiteia a redução nas taxas de juros dos empréstimos contratados dentro da Operação Delaware. "Pagamos hoje uma taxa de 9,75% ao ano em dólar", afirma Aureliano, para depois acrescentar que as conversas com credores europeus começaram na semana passada.

Em junho de 2014, quando ocorreu a primeira captação externa, no valor de US\$ 2 bilhões, a taxa de juro pactuada com os credores era de 6,25% ao ano. A operação seguinte, em outubro do mesmo ano, obteve US\$ 1,1 bilhão, a um juro anual de 6,75%. A escalada subsequente das taxas foi provocada pelo declínio vertiginoso na cotação do petróleo. Entre junho de 2014 e março de 2016, a cotação do barril de petróleo do tipo Brent caiu de US\$ 106,77 para US\$ 36,42, em duas quebras de contrato (2015 e 2016). O acionamento de cláusulas destinadas a proteger os credores acabou por encarecer os contratos.

Desde 2013, as operações de antecipação de receitas futuras de royalties do petróleo permitiram ao Estado do Rio embolsar R\$ 10,3 bilhões em valores líquidos. O montante inclui tanto captações realizadas no Brasil, com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, como empréstimos feitos no exterior.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/05/2019****Seção: Opinião****Autor: Adair Turner****Título: Em defesa das tarifas de carbono**

Em janeiro, 3.554 economistas americanos - entre os quais 27 laureados com o prêmio Nobel, quatro ex-presidentes do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) e dois ex-secretários do Tesouro - propuseram a adoção de uma política até então herética. Os EUA, disseram eles, deveriam associar um preço interno do carbono a um "sistema de ajuste de carbono de fronteira". Ao apoiar tarifas que refletiriam a intensidade de carbono de produtos importados fundamentais, eles romperam com a ortodoxia de livre mercado de que as políticas ambientais nacionais não deveriam atravancar a liberalização do comércio mundial.

Eles estavam certos em fazer isso. Na ausência das tarifas de carbono, os temores em torno da "competitividade" continuarão a limitar a ação decisiva voltada para o combate à mudança climática prejudicial.

O obstáculo fundamental à descarbonização é o aparente paradoxo de que os custos são baixos no nível do consumidor final, mas elevados para uma empresa individual. Como enfatiza o recente relatório "Mission Possible", da Comissão de Transições Energéticas (ETC, nas iniciais em inglês), a tecnologia necessária para obter a descarbonização total da economia mundial até aproximadamente 2050 ou 2060, com efeitos muito pequenos sobre os padrões de vida das famílias, já existe. Se todo o aço usado na fabricação de automóveis fosse produzido de uma maneira zero em carbono, o preço de um carro comum aumentaria menos de 1%. O custo total para descarbonizar todos os setores mais difíceis de diminuir - indústrias pesadas, como a siderurgia, o setor de cimento e o de produtos químicos, e o transporte de longa distância (por caminhões, aviação e transporte marítimo) - não ultrapassaria 0,5% do PIB mundial.

Mas, encarados da perspectiva de uma empresa individual, os custos da descarbonização podem amedrontar. Produzir aço zero em carbono poderia acrescentar 20% aos custos totais de produção, e produzir cimento zero em carbono poderia duplicar os preços do cimento. Assim, qualquer empresa individual de aço ou cimento comprometida com emissões zero de carbono ou obrigada a fazer isso pela regulamentação ou pela fixação dos preços do carbono, poderia acabar tendo de fechar as portas caso seus concorrentes não enfrentassem limitações semelhantes.

Essa questão até agora bloqueou o uso eficiente de preços explícitos do carbono para impulsionar a descarbonização. Quase todos os economistas que aceitam a ciência climática acreditam que impostos sobre o carbono, ou preços fixados dentro de um esquema de transação de emissões, têm de fazer parte de qualquer reação ótima de política pública. Mas, mesmo em lugares em que essa política pública teoricamente desejável foi empregada - por exemplo, no âmbito do Sistema Europeu de Transações de Emissões -, os preços do carbono desempenharam papel menos importante no impulso à descarbonização do que a regulamentação de subsídios diretos à energia renovável.

***A tarifa sobre o carbono poderia desencadear uma sequência de decisões nacionais independentes que impulsionam benéfica 'guerra competitiva' por meio da elevação dos preços' na qual preços quase iguais do carbono se disseminariam pelo mundo inteiro***

A resposta óbvia é cobrar impostos de carbono em um país, ou em uma união aduaneira de vários países, com uma tarifa equivalente por tonelada de carbono sobre produtos importados intensivos no uso de carbono, associados a abatimentos de impostos para exportadores. Dez anos atrás, quando eu era presidente do Comitê sobre Mudança Climática do Reino Unido, discutimos essa possibilidade. Mas ela se defrontou com uma barreira de oposição. Políticas desse tipo, disseram, infringiam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), eram indesejáveis em princípio e desencadeariam aumentos de tarifas olho por olho, dente por dente.

Desde então, usamos com sucesso outros instrumentos de política pública para impulsionar a instalação em grande escala de sistemas de energia elétrica renováveis, com os custos tendo caído drasticamente. Mas, nos setores industriais, a multiplicidade de caminhos alternativos possíveis para a descarbonização torna essencial o uso do mecanismo do preço para desencadear uma busca, puxada pelo mercado, de soluções de custo mínimo. E, para fazer isso, precisamos de uma resposta para o problema da competitividade.

É por isso que o relatório "Mission Possible", da ETC, argumenta em favor da inclusão de ajustes de carbono de fronteira (tarifas de carbono) à caixa de ferramentas dos formuladores de políticas públicas, e é por isso que economistas americanos destacados chegaram à mesma conclusão. Eles argumentam agora em favor da adoção de um preço do carbono dentro dos EUA, associado com ajustes de fronteira que considerem o teor de carbono tanto dos produtos importados quanto dos exportados. Um esquema desse tipo "protegeria a competitividade americana e puniria a obtenção, sem custos, de benefícios por outros países".

Mas, embora os economistas formulem seu argumento em linguagem concebida para ter bons resultados nos EUA, essa política poderia, da mesma maneira, ser usada por outros países para defender seus setores produtivos contra produtos importados intensivos no uso de carbono provenientes dos EUA.

Na verdade, nenhum país comprometido com o enfrentamento da mudança climática deveria encarar essa proposta de política pública como uma ameaça à sua economia. Se um país aplica um imposto de, digamos, US\$ 50 por tonelada de dióxido de carbono emitida, com um imposto de fronteira equivalente incidente sobre produtos importados e com um abatimento para os exportadores, qualquer outro país que fizer o mesmo deixará seus setores produtivos exatamente na mesma posição competitiva relativa que antes de qualquer dos dois países ter introduzido a política.

Um acordo político mundial sobre a fixação de preços para o carbono se mostrou inalcançável. Uma tarifa sobre o carbono poderia desencadear uma sequência de decisões nacionais independentes que impulsionam uma benéfica "guerra competitiva por meio da elevação dos preços" na qual preços aproximadamente iguais do carbono se disseminariam pelo mundo inteiro.

Às vezes devem se abandonar tabus intelectuais. O ajuste de carbono de fronteira é uma ideia que chegou a hora de adotar. Ele poderia desempenhar papel importante para impulsionar avanços na direção da economia de carbono zero tecnológica e economicamente possível até meados do século. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

**Adair Turner, presidente do Instituto para o Novo Pensamento Econômico e ex-presidente da Autoridade de Serviços Financeiros do Reino Unido, é presidente da Comissão de Transições Energéticas. Copyright: Project Syndicate, 2019.**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Camila Maia | De São Paulo**

**Título: Leilão de RR é o primeiro do governo**

O primeiro leilão de energia do governo de Jair Bolsonaro acontece hoje, às 10h, marcando a estreia de um novo modelo de contratação. Com o objetivo de atender o consumo de energia em Roraima, único estado não interligado com o restante do país, o certame vai contratar potência como um produto separado

pela primeira vez. Outra inovação é que será possível adquirir soluções de suprimento de várias fontes combinadas, inclusive com baterias para armazenamento de energia.

A expectativa é que projetos a gás natural sejam o destaque do certame, mas também se espera a contratação de projetos de biocombustível associados a parques solares, principalmente nos pontos de conexão de menor carga.

Por não ser interligado ao sistema, Roraima depende hoje de energia gerada por termelétricas caras, cujos contratos estão próximo de acabar. Segundo Sandoval Feitosa, diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), são necessários mais de 80 caminhões fazendo diariamente o caminho entre Manaus e Boa Vista para o transporte de óleo combustível. Até o ano passado, havia importação de energia da Venezuela, mas as complicações políticas e econômicas do país resultaram na suspensão do envio, agravando ainda mais a qualidade da oferta de energia elétrica. Para se ter uma ideia da situação do abastecimento no Estado, ano passado foram registrados mais de 80 apagões.

O produto potência, que será contratado em megawatts (MW), está dividido em dois subprodutos: a gás natural ou fontes renováveis, com inflexibilidade de até 50% e duração de 15 anos a partir de 2021; e o segundo para outros combustíveis, sem inflexibilidade e duração de sete anos. Na primeira etapa do certame, os empreendedores vão disputar os pontos de conexão, sendo o principal deles na proximidade da capital Boa Vista. Aqueles habilitados vão submeter lances com deságio em relação ao preço-teto, de R\$ 1.078 por megawatt-hora (MWh).

Havendo demanda excedente, terá início a segunda fase, destinada ao produto energia, que seguirá o mesmo trâmite. O preço máximo, nesse caso, é de R\$ 409/MWh.

As inovações do leilão de hoje são vistas como um ponto positivo até pelos críticos do modelo do certame, que foi alvo de dois pedidos de impugnação negados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ontem. Para o advogado Gustavo de Marchi, especializado no setor elétrico e consultor da FGV Energia, contudo, há questões que poderiam ser trabalhadas do ponto de vista regulatório para dar mais segurança aos empreendedores e evitar futuras judicializações

Ele citou, como exemplos, os pleitos de impugnação, um relacionado à ausência de definição antecipada das tarifas de transmissão e distribuição (Tust e TUSD) e

outro sobre a falta de regras sobre indisponibilidade causada por manutenções e paradas programadas. A diretoria da Aneel rejeitou os pedidos por considerar que estas questões podem e devem ser definidas a posteriori. "Não ter uma previsibilidade sobre o tema gera insegurança e risco de judicialização", disse De Marchi, para quem as regras deveriam ser definidas antes do leilão.

Outro ponto polêmico se refere à perspectiva de que o linhão de transmissão que conectará Boa Vista a Manaus finalmente sairá do papel nos próximos anos. A decisão de retomar a obra foi tomada neste ano, depois que os estudos e discussões para o leilão de Roraima já estavam avançados. "Os contratos do parque atual estão se encerrando, mas aí vão interligar Roraima e contratar energia por mais 15 anos?", questiona Thais Prandini, diretora da Thymos. A especialista calcula que se forem contratados 300 MW de potência ao preço teto, o custo total por 15 anos será de R\$ 21 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões custeados por encargos.

Segundo Feitosa, da Aneel, a futura redundância na oferta de energia de Roraima não é um problema. "O Estado hoje conta com uma insegurança energética muito grande que limita o ente federativo, que não pode desenvolver indústria, afeta a qualidade de vida das pessoas que lá residem e causa um problema grande de logística", disse. "Entendemos que soluções estruturais precisam ocorrer conjuntamente, linhão e parque local", completou.

Para o advogado Maurício Zockun, sócio do escritório Zockun Advogados, a interligação de Roraima pode oferecer uma oportunidade aos empreendedores, pois permitirá que eventuais projetos contratados sejam ampliados e tenham a energia vendida no mercado livre. Hoje, não existe essa possibilidade pois não há como escoar a geração para o restante do Brasil. "Para o país, o maior perigo seria o leilão [de hoje] não acontecer, porque não se tem mais energia da Venezuela. A contratação de fornecimento em Roraima é urgente", disse.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Ana Paula Machado | De São Paulo

**Título:** Projeto integrado para mina na Bahia

A Bahia Mineração (Bamin), do grupo Eurasian Resources Group (ERG), está prestes a tirar a mina Pau de Ferro, em Caitité, na Bahia, da gaveta. A empresa firmou um memorando de intenções com as chinesas China Communication Construction Company (CCCC) e China Railway Group (Crec) para viabilizar um projeto integrado de minério de ferro. O empreendimento inclui mina-ferrovia (Integração Oeste Leste- Fiol) e o Porto Sul, em Ilhéus, apurou o **Valor**.

O projeto total, de acordo com o presidente da Bamin, Eduardo Ledsham, tem orçamento de US\$ 2,6 bilhões, sendo que a previsão é aportar US\$ 1 bilhão na mina, US\$ 1 bilhão na construção do terminal dedicado para minério de ferro e um pier para carga geral e outros US\$ 600 milhões nos 525 quilômetros do trecho da Fiol que vai ligar Caitité, onde fica a mina, a Ilhéus, no sul da Bahia.

Ledsham não quis detalhar o acordo com os sócios, só se limitou a dizer que a companhia está a procura de investidores interessados e com alguns as negociações estão bastante adiantadas.

"Temos conversado com quatro grupos internacionais, entre eles chineses. Queremos investidores comprometidos com o projeto integrado. A participação de cada sócio no projeto vai depender do comprometimento de cada um. É bom ressaltar que seremos o operador", disse ao **Valor** o executivo.

Uma fonte próxima das negociações, no entanto, informou que o memorando de entendimentos com CCCC e Crec já foi assinado. O que estaria adiando a formação da sociedade é o valor que os chineses querem aportar no projeto. Ledsham disse que a definição da composição societária do projeto deve sair no segundo semestre. "Há mais de dois anos estamos em negociações e nos últimos tempos avançaram bastante. Estamos próximos da conclusão", ressaltou o executivo.

A mina Pau de Ferro deverá produzir 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e só se viabiliza com uma solução logística para escoar esse minério que, pelo projeto, terá como destino a China e países árabes. Segundo Ledsham, a Bamin e o governo da Bahia formaram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para a construção do Porto Sul em maio e a previsão é que a operação do terminal comece em 2021. "O projeto integrado vai abrir um corredor de exportação e pode alavancar outras atividades na região, como o agronegócio", disse o executivo.

O secretário de desenvolvimento da Bahia, João Leão, disse que o porto terá capacidade de movimentação anual de até 28,5 milhões de toneladas de carga, sendo 20 milhões de toneladas de minério de ferro, 7 milhões de toneladas de grãos e 1,5 milhão de toneladas de algodão. "O governo estadual deu poderes à Bamin para firmar o protocolo com os chineses para construção e operação do

porto. Aliás, a empresa irá operar tanto o terminal de minério de ferro como o destinado à carga geral. O investimento para o empreendimento já está garantido", afirmou Leão.

Segundo Ledsham, o acordo para a construção do porto e a possibilidade de a Fiol ser licitada até o final do ano foi o ponta pé inicial. *(ver Governo estuda ampliar trecho da Fiol que deve ir a leilão neste ano)* "Já temos todas as licenças de operação concedidas, tanto para a mina como para o porto. O que falta é essa ligação mina-terminal. As notícias que temos é que o trecho da Fiol será licitada em dezembro."

O projeto da mina se arrasta desde 2009. No início, era controlado pela Ardila Investments, subsidiária da Zamin. Em 2016, o ERG comprou a operação e, desde então, tenta viabilizá-lo. Agora, com a possibilidade da construção do porto e da ferrovia, a expectativa é que a mina entre em operação em 2026 e o primeiro embarque do minério aconteça no segundo semestre do mesmo ano. "Serão 46 meses de construção de todo o complexo. Estamos com todos os estudos prontos e aprovados. Na etapa de construção serão gerados nove mil empregos diretos e 36 mil indiretos. Na fase de operação, serão 1,65 mil postos de trabalhos diretos e oito mil indiretos. Isso contando mina, porto e ferrovia."

Ledsham acrescentou que o processamento do minério será feito 70% a seco, mas haverá também o beneficiamento úmido e os rejeitos serão depositados em uma barragem que será construída pelo método a jusante. "Temos todas as licenças para essa barragem."

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Taís Hirata e Ana Paula Machado | De São Paulo**

**Título: Governo estuda ampliar trecho da Fiol que deve ir a leilão neste ano**

O governo federal avalia ampliar o leilão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol). O projeto atual, já qualificado pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), iria de Ilhéus até Caetité, na Bahia. No entanto, há estudos para prolongar o trecho. O Ministério da Infraestrutura afirma que o projeto poderá ter um adendo de 160 quilômetros, chegando até a altura de Bom Jesus da Lapa, ainda na Bahia.

"Foi uma demanda das audiências públicas estender o trecho até a ponte sobre o Rio São Francisco. No entanto, estamos avaliando qual seria o investimento

para essa ampliação", disse a secretária de Fomento e Parceria do Ministério da Infraestrutura, Natália Marcassa.

Natália prevê que os estudos para a possível extensão estejam concluídos até agosto para envio ao Tribunal de Contas da União (TCU). A licitação desse trecho, de acordo com ela, poderá ser feita em dezembro.

Há ainda estudos técnicos dentro do PPI para que o empreendimento possa ir além, possivelmente chegando a Barreiras (BA) ou até mesmo Figueirópolis (TO), onde haveria ligação com o tramo central da Ferrovia Norte-Sul - embora esta última possibilidade seja considerada pouco provável.

Essa extensão já havia sido avaliada em um estudo da consultoria Accenture, feita no passado para o governo baiano, e deverá ser apresentada a técnicos da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) nos próximos dias, segundo fonte do governo.

O tamanho da ampliação, porém, dependeria do volume adicional de investimentos necessários, que deverão ser elevados. A ideia seria estudar o quanto é possível estender o trajeto, sem que o empreendimento fique inviável financeiramente - o cálculo ainda será feito. Outro entrave é que uma eventual ampliação tende a atrasar o processo, já que os órgãos de controle exigiriam novas audiências públicas.

A secretária do Ministério de Infraestrutura diz que a ampliação para além de Bom Jesus da Lapa deverá ficar para um segundo momento. A ideia, a princípio, seria algo na linha do leilão da Ferrovia Norte-Sul, feito em etapas.

As obras da ferrovia, hoje a cargo da estatal Valec, ainda não foram concluídas. No primeiro trecho, entre Ilhéus e Caetité, 76,2% dos 537 quilômetros de via já estão construídos. Já no segundo trecho, de Caetité a Barreiras, apenas 28,8% foram executados. A partir de Barreiras, até Figueirópolis, nada foi feito.

Para terminar de construir o trecho de Ilhéus até Caetité será necessário um investimento de R\$ 1,6 bilhão, segundo Natália. Até Barreiras, o valor total da obra subiria para aproximadamente R\$ 6,4 bilhões.

Uma das principais vantagens de ampliar o projeto em direção ao oeste baiano, segundo uma fonte a par do assunto, seria a possibilidade de escoar a soja produzida na região, diversificando a carga. No projeto atual, a demanda de movimentação depende em grande parte da produção de minério da Bamin em Caetité.

Há também questionamentos ao modelo de licitação em etapas. No caso da Norte-Sul, o tramo central, leiloado neste ano, ficou "espremido" entre duas

ferrovias já em operação, sem acesso direto a um porto, o que restringiu em parte a concorrência, diz a fonte.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** CCEE busca alternativa aos contratos de reserva

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) está estudando uma alternativa para acabar com os contratos de energia de reserva que envolvem a transformação gradual deles em energia com lastro, de forma semelhante aos contratos dos projetos de Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), disse Rui Altieri, presidente do conselho da câmara. Ele participou, nesta semana, da Brazil Wind Power e Energy Solutions.

A mudança incluiria até o contrato de venda da usina nuclear de Angra 3, que teve o prazo de início de operação adiado para 2026 depois de problemas nas obras relacionados à Operação Lava-Jato.

Os leilões de reserva foram feitos entre 2008 e 2016 sob o argumento de que a energia contratada iria compensar a redução natural da garantia física das hidrelétricas e aumentar a segurança do sistema. Por ser "de reserva", ela não entra no portfólio das distribuidoras e não dá respaldo de contrato para cumprimento de atendimento da carga. Contudo, são fontes não despacháveis e provocam o deslocamento das hidrelétricas, agravando o problema do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês), o que motiva a preocupação da CCEE.

Segundo Altieri, a CCEE não tem objeções às fontes inflexíveis (não despacháveis), como o caso das eólicas e solares, mas sim à contratação na forma de reserva pelos problemas causados ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

O MRE é como um condomínio que reúne a geração de todas as hidrelétricas do sistema. Por diversos motivos, como falta de chuvas, geração térmica mais cara fora da ordem de mérito, atrasos em projetos de transmissão e importação de energia, as hidrelétricas têm gerado menos que as respectivas garantias físicas.

Essa diferença se traduz no GSF, que é a energia contratada e não gerada pelas usinas, e que acaba sendo comprada no mercado de curto prazo.

"A energia de reserva faz o deslocamento das hidrelétricas porque, se você tem uma usina atendendo parte do mercado e chega uma geração superior, quem para de gerar?", afirmou Altieri, se referindo às fontes não despacháveis que não podem parar de gerar. Com isso, poupa-se água dos reservatórios das hidrelétricas e o deslocamento que resulta do GSF é agravado. Segundo estimativas da CCEE, de 4% a 5% do déficit das hidrelétricas anual é causado pelo deslocamento da energia de reserva.

A mudança do contrato de reserva para um contrato com lastro não pode ser repentina, pois prejudicaria a expansão do sistema. Por exemplo, se uma determinada potência da fonte eólica for transformada em energia com lastro e alocada ao portfólio das distribuidoras, isso reduzirá a necessidade de contratação futura da concessionária sem que necessariamente a oferta de energia tenha crescido.

"A alternativa seria transformar paulatinamente. Se fizermos a mudança a cada ano de 20% da energia de reserva, em cinco anos não teremos mais o problema", disse Altieri. A decisão poderia ser tomada pelo **Ministério de Minas e Energia** e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com a mudança operacionalizada pela CCEE, segundo Altieri. Segundo ele, a discussão ainda é inicial e está sendo amadurecida.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Luísa Martins e Mariana Muniz | De Brasília

**Título:** STF suspende julgamento sobre privatizações

O futuro do programa de venda de ativos da Petrobras e de outras estatais, incluindo os bancos públicos, será decidido somente na próxima semana. O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tratam da necessidade de autorização legislativa para privatizações. A sessão, no entanto, foi encerrada às 16 horas e foi dedicada apenas às sustentações orais dos advogados das partes envolvidas. Os votos dos ministros serão colhidos na próxima reunião do plenário, agendada para dia 5 de junho.

Os ministros irão decidir se revogam ou mantêm liminar concedida em junho do ano passado pelo ministro Ricardo Lewandowski, segundo a qual a venda de ações de empresas públicas e de sociedades de economia mista está sujeita à prévia anuência legislativa. A liminar de Lewandowski prevê ainda que deve haver uma lei específica para cada estatal, em casos de venda de mais de 50% de suas ações à iniciativa privada, seja ela municipal, estadual ou federal.

Em sua manifestação na tribuna, o advogado-geral da União, André Mendonça, defendeu a possibilidade de venda de ativos de estatais - e de suas subsidiárias - sem licitação. Para ele, a venda de participação é uma medida de desinvestimento, que não se confunde com desestatização.

***Decisão definirá futuro do plano de venda de ativos da Petrobras e de outras estatais federais, estaduais e municipais***

"Aqui não se trata da venda da holding. Aqui é desinvestir para reinvestir nela mesma. Como a BR [distribuidora de combustíveis da Petrobras] vai se manter num mercado competitivo tendo uma dívida de R\$ 292 milhões? No caso da TAG, teríamos o aporte de US\$ 8,6 bilhões. Manter os empregos, se modernizar, se tornar mais competitiva. Não precisa de lei específica, temos uma lei desde 1997 cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo STF", disse Mendonça, sobre as subsidiárias da Petrobras.

Por outro lado, o Ministério Público Federal opinou pela manutenção da liminar de Lewandowski. "É incompatível com o ordenamento republicano o dispositivo que permite a desestatização ou o desinvestimento com alienação do capital e do poder de mando sobre uma estatal, se ausente o processo licitatório", disse o vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia.

Também falaram na tribuna os advogados de instituições que impetraram as ações no Supremo. "Defendemos que, no caso da Petrobras, somente a lei poderia determinar sua alienação. A aplicação da lei [das Estatais] gera enorme insegurança jurídica e afeta a atuação da Petrobras. Sua suspensão se impõe, o que não impede que o Congresso aprove lei que suprisse tal lacuna", disse o advogado Luiz Alberto dos Santos, que representa a Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro.

Em nome do PCdoB, o advogado Claudio Pereira Souza Neto afirmou que a lei já prevê as hipóteses de dispensa de licitação e que ao Supremo cabe reafirmar sua jurisprudência no sentido de exigir a edição de uma lei que autorize a alienação do controle das sociedades de economia mista e de empresas públicas.

"A exigência de uma lei para a criação de sociedades de economia mista e de empresas públicas também se aplica à alienação dessas empresas, em decorrência do princípio do paralelismo das normas. Há inúmeros precedentes nesse sentido. Portanto, me parece que a exigência da edição de lei para autorizar a alienação de ativos que implique a perda do controle acionário é tema absolutamente consolidado, há décadas, na jurisprudência do STF", afirmou.

Sobre a necessidade de licitação, Souza Neto defendeu tratar-se de uma exigência que também encontra amparo em precedentes da Corte. "Como se trata de alienação de patrimônio público, aplica-se o procedimento licitatório em decorrência dos princípios da isonomia, republicano e da eficiência, que ordenam o bom funcionamento da administração pública no Brasil."

Segundo apurou o **Valor**, a expectativa é de placar apertado na Corte. Ministros anteveem uma tendência de que a liminar seja parcialmente derrubada, mantendo a necessidade de licitação, mas dispensando a prévia autorização pelo Legislativo.

Há magistrados no tribunal que entendem não haver necessidade sequer da licitação, o que seria uma vitória para o governo Jair Bolsonaro (PSL). Este será o primeiro teste do presidente após o "pacto" firmado entre os Três Poderes na segunda-feira.

A liminar deferida pelo ministro Edson Fachin para suspender a continuidade do procedimento de venda de ações da TAG, apesar de estar na pauta, não foi chamada para julgamento. A decisão sobre a liminar de Lewandowski, porém, tem efeito direto sobre esse processo.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Mariana Muniz | De Brasília

**Título:** Petrobras deveria receber hoje US\$ 8,6 bi pela venda da TAG

Após a suspensão do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) das medidas cautelares nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tratam sobre a necessidade ou não de autorização legislativa para privatizações, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que as liminares dadas pela Corte "trazem insegurança jurídica não só para a estatal, mas para o Brasil".

A sessão foi suspensa e será retomada na próxima quarta-feira, dia 5 de junho. A Advocacia-Geral da União (AGU) falou pela Petrobras. O presidente da estatal acompanhou o julgamento pessoalmente no plenário do STF.

De acordo com Castello Branco, o aporte de mais de US\$ 8 bilhões em decorrência da venda da TAG - subsidiária da estatal que teve a operação suspensa por uma liminar concedida nesta semana pelo ministro Edson Fachin - ocorreria hoje.

"A não concretização dos planos de desinvestimento limita significativamente a exploração dessa riqueza natural em prol da sociedade brasileira", afirmou o presidente da estatal a jornalistas. A TAG foi vendida a um consórcio formado pela Engie e o fundo canadense CDPQ por US\$ 8,6 bilhões

De acordo com Castello Branco, a Petrobras tem uma dívida de US\$ 106 bilhões. "Os recursos que entram de desinvestimentos são destinados a dois fins: parte a pagamento de dívidas, parte a investimento em exploração de petróleo", disse.

A sessão de ontem foi dedicada apenas às sustentações orais dos advogados das partes envolvidas. Os votos dos ministros serão conhecidos na próxima semana. O presidente da Petrobras disse, ainda, confiar no "senso de Justiça" dos ministros do Supremo.

"Vai ser muito importante a manutenção dos nossos planos para termos uma empresa mais forte e saudável, investindo para gerar empregos no Brasil", disse.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Stella Fontes e Ana Paula Machado | De São Paulo**

**Título: Minério interrompe rali de alta, mas sobe 10% no mês; petróleo recua 10%**

Após engatar um rali na terceira semana, que levou os preços de volta aos US\$ 100 por tonelada, algo que não acontecia há cinco anos, o minério de ferro mostrou ligeira acomodação na reta final do mês e caminha para encerrar maio com alta de cerca de 10%, repetindo o desempenho de abril. Pesaram sobre os negócios com a commodity a piora do sentimento em relação à guerra comercial entre China e Estados Unidos e, especialmente nas últimas sessões, a

percepção de que a valorização do produto começou a apertar margens das siderúrgicas chinesas.

Ontem, os preços do minério de ferro no mercado à vista cederam, devolvendo parte do ganho acumulado. Na sessão anterior, enquanto as cotações haviam permanecido estáveis no mercado transoceânico, os contratos futuros já refletiam o aumento da tensão, além da elevação das taxas de negociação - ainda assim, os preços permanecem nos níveis mais altos desde maio de 2014.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao caiu 2,2%, ou US\$ 2,31 por tonelada, para US\$ 103,87 por tonelada. Na Bolsa de Commodity de Dalian, depois de operarem com estabilidade na parte da manhã, os contratos mais negociados com entrega em setembro fecharam o dia com queda de 4 yuans, para 737 yuans por tonelada.

Com esse desempenho, a commodity tende a encerrar maio com ganho acumulado ligeiramente acima de 10% no mercado à vista. No ano, até ontem, a valorização chegou a 42,8%. A alta foi motivada pela produção recorde de aço na China, em um momento de restrição na oferta global da matéria-prima decorrente da tragédia da Vale em Brumadinho (MG). Em abril, as siderúrgicas chinesas atingiram um novo recorde, com produção anualizada de mais de 1 bilhão de toneladas pela primeira vez. Naquele mês, o volume de aço produzido no país asiático chegou a 85 milhões de toneladas, com crescimento de 12,7% na comparação anual.

Quando teve início o rali, há cerca de três semanas, o banco suíço Julius Baer alertava que a valorização poderia se manter no curto prazo, apesar de o cenário de restrição de oferta já estar refletido nas cotações. "Embora o rali possa continuar no curto prazo, ainda vemos os preços se movendo para baixo no longo prazo, já que a oferta deve se normalizar e a demanda, desacelerar", escreveu à época o chefe de pesquisa de Next Generation do Julius Baer, Carsten Menke.

Já o barril do Brent fechou ontem a US\$ 65,33, o que representou uma queda na ponta, considerando 30 de abril a 30 de maio, de 9,33%. O WTI fechou a US\$ 56,59, recuo na ponta de 10,19%. O analista de energia da Tendências Consultoria, Walter Vitto, disse que o que impulsionou essa queda no mês foram as incertezas geradas com a crise entre Estados Unidos e China.

"O preço do barril do petróleo vinha até se comportando bem neste mês, mas a intensificação da crise comercial entre os EUA e China foi como um balde de água fria no mercado. Não sabemos como isso pode se desenrolar ao longo do ano e quanto a economia mundial possa desacelerar por causa desse conflito comercial."

Segundo ele, nas próximas semanas essa incerteza deve continuar e o preço internacional do petróleo deve continuar oscilando no mercado. "Temos que aguardar ainda a reunião dos países da Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]. Há uma expectativa de que mantenham os cortes de produção, para balizar o preço. Eles cortaram mais do que o combinado, então podem produzir até a cota estimada no acordo."

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Chiara Quintão | De São Paulo**

**Título: Eternit demite todos os 400 funcionários da Sama**

A Eternit vai anunciar hoje, oficialmente, a demissão dos 400 funcionários da controlada Sama, mineradora de amianto localizada em Minaçu (GO). As atividades da Sama estavam suspensa desde 11 de fevereiro. Segundo o presidente da Eternit, Luís Augusto Barbosa, informou ao **Valor**, os funcionários estavam sem receber salário há quase três meses, período em que a companhia antecipou o pagamento do 13º e de participação em lucros e resultados (PRL).

O custo mensal da folha de pagamento da Sama era de R\$ 2 milhões. "Não tínhamos mais nenhuma verba para antecipar. O melhor seria rescindir os contratos. Dessa forma, conseguimos diminuir os custos da Sama, pois ainda estávamos pagando plano de saúde, plano odontológico e cesta-básica para os funcionários", conta Barbosa.

O executivo estima em R\$ 12 milhões o custo total da rescisão dos 300 funcionários diretos e 100 indiretos. As verbas rescisórias serão pagas em quatro parcelas com recursos dos recebíveis de exportações que a Sama possui. "Nas duas primeiras parcelas, já vamos liquidar as rescisões de mais de 50% das pessoas", diz o presidente da Eternit. A expectativa é que isso ocorra em 45 dias.

"Os funcionários poderão acessar outras verbas, como FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] e seguro-desemprego", acrescenta o executivo.

Em novembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a extração e o uso de amianto crisotila em todo o território nacional. A extração, o beneficiamento, transporte e a venda do mineral, além da produção e comercialização de telhas de amianto foram permitidas até que as partes envolvidas apresentassem embargos de declaração pedindo esclarecimentos ao acórdão da sentença, o que ocorreu em fevereiro.

A companhia pleiteia junto ao STF a autorização para exportar a fibra. No começo do mês, a Eternit informou que poderia demitir os funcionários da Sama caso o STF não concedesse efeito suspensivo da proibição da exploração do amianto para exportação, até o dia 15, e os funcionários da mina não aceitassem ficar sem recebimento enquanto estivessem em licença. Há duas semanas, o prazo foi prorrogado por 15 dias.

"Estive com a ministra Rosa Weber [do STF], mas o processo está parado na Procuradoria-Geral da República (PGR), esperando apreciação da Raquel Dodge há cerca de 100 dias. Por causa disso, Rosa Weber não pode despachar", diz Barbosa.

Segundo o presidente da Eternit, a demissão dos funcionários da Sama não significa o encerramento da mina de amianto - uma equipe será mantida para ligar e desligar equipamentos, para que as operações possam ser retomadas a qualquer momento, conforme for a decisão do STF. Em caso de retomada das atividades da Sama, os demitidos terão preferência nas contratações.

No fim de abril, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM), outros cinco senadores e os vereadores de Minaçu visitaram a mina de amianto da Sama. A Eternit defende que não há riscos na extração do mineral crisotila para os empregados, por eles não terem contato com a matéria-prima, em função dos processos utilizados.

A companhia pediu recuperação judicial em março de 2018, como consequência das restrições ao amianto e da crise da construção. Na quarta-feira, o plano de recuperação foi aprovado por 79,49% dos votantes da classe I e pelo único credor da classe II e pela totalidade da classe IV. Da classe III, houve aprovação por 95,38% dos votantes, detentores de 99,47% dos créditos.

A execução do plano de recuperação judicial da Eternit não será impactada pela demissão dos funcionários da Sama, de acordo com Barbosa. O pagamento previsto a credores não considerava aportes do caixa da controlada de mineração.

Ontem, as ações da Eternit fecharam em queda de 14,83%, a R\$ 2,47, liderando as perdas da B3. O volume financeiro foi de R\$ 3,18 milhões, inferior aos R\$ 4,4

milhões movimentados na quarta-feira. No pregão anterior, os papéis encerraram em alta de 33,03%, a R\$ 2,90 - maior cotação desde 5 de fevereiro. **(Colaborou Rodrigo Rocha)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Luiz Henrique Mendes e Fernando Lopes | De São Paulo

**Título:** Atvos terá de encarar desafios operacionais

Além da difícil missão de renegociar R\$ 15 bilhões em dívidas, a Atvos, braço sucroalcooleiro da Odebrecht, terá de resolver velhos desafios operacionais se quiser sair mais saudável e rentável da recuperação judicial na qual acabou de ingressar.

Inicialmente batizada como ETH Bioenergia, a empresa foi criada em 2007 sob um clima de euforia embalado pelo sonho de o Brasil se tornar uma potência exportadora de etanol. O objetivo não foi atingido e a Atvos jamais conseguiu ter canaviais suficientes para suportar o gigantismo da estrutura industrial inicialmente planejada.

Com nove usinas espalhadas por São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Atvos moeu 25,8 milhões de toneladas de cana na safra 2017/18 (último dado disponível), o que significou uma ociosidade de 30%, uma vez que sua capacidade nominal de moagem é de cerca de 36 milhões de toneladas - líder desse mercado, a Raízen moeu 60 milhões de toneladas em 2018/19.

Para reverter o quadro, a empresa teria de fazer investimentos bilionários nos próximos anos para expandir e renovar a área de canavial, o que não é considerado factível por especialistas em consequência de sua situação financeira.

Na petição enviada na quarta-feira à 1ª Vara de Falências da Comarca de São Paulo, na qual a Atvos pediu a recuperação judicial, a companhia mencionou um estudo realizado pela consultoria Canaplan para avaliar a viabilidade da empresa. O trabalho indica que, com investimentos em expansão e renovação de canaviais, a geração de caixa da Atvos poderá saltar de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 3,4 bilhões até a temporada 2028/29.

Para isso, a empresa teria de investir cerca de R\$ 700 milhões por ano. Pelas projeções da Canaplan, a geração de caixa aumentaria em R\$ 1 bilhão em apenas três safras com esses aportes. Para se ter uma ideia da relevância dos

investimentos nos canaviais, basta dizer que eles representariam quase 20% da geração de caixa prevista para a safra 2022/23.

Segundo o analista Wiliam Hernandez, da consultoria FG/A, a ociosidade da Atvos dificulta a diluição de custos fixos da empresa. Na safra 2017/18, as despesas administrativas representaram R\$ 14,05 por tonelada de cana-de-açúcar moída, quando a média de 58 grupos acompanhados pela FG/A foi de R\$ 11,45.

Em comparação à produção efetiva, a Atvos é uma das mais endividadas do segmento. Na safra 2017/18, a empresa devia R\$ 361,01 por tonelada de cana moída, enquanto a média do segmento era de R\$ 134,25.

Além da falta de canaviais, as regiões onde as usinas da Atvos estão localizadas também sofrem com o clima pior do que a média, segundo fontes que conhecem suas operações. Em Mato Grosso do Sul, o problema são as constantes geadas. Em Mato Grosso, é a falta de chuvas.

Mas quem conhece os ativos argumenta que as usinas são boas - "estado da arte", nas palavras de um experiente executivo do agronegócio. Das nove usinas da Atvos, sete foram construídas do zero pela companhia ou pela Brenco, companhia criada em 2007 pelo ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul a partir de investimentos de US\$ 2 bilhões para, como a Odebrecht, aproveitar o "boom" do etanol.

Em 2009, a Brenco já enfrentava dificuldades financeiras e, após negociar inclusive com a Petrobras, teve seu controle vendido à Odebrecht. Mas a união de ETH e Brenco na nova Odebrecht Agroindustrial, com foco no etanol, viu o cenário piorar quando o governo Dilma passou a controlar os preços da gasolina e, por tabela, os do biocombustível.

Caso não consiga se recuperar, a saída da Atvos será vender seus ativos. Mas também não será uma tarefa fácil. "Não há ninguém no mercado com apetite para engolir a Atvos toda - e há outros ativos à venda, como os da Bunge. Talvez a empresa consiga vender algumas usinas e, no máximo, 30% de seus canaviais", disse um executivo do segmento.

É a segunda recuperação judicial de um grande grupo do ramo em poucas semanas - a Usina Santa Terezinha, do Paraná, que já chegou a processar 18 milhões de toneladas por safra, anunciou a sua em março. "Quando tombam os primeiros mamutes, os bancos começam a correr atrás e há usinas menores em dificuldades", disse a fonte. Os problemas podem "ajudar" a enxugar a produção brasileira de cana em tempos de avanço da oferta global, puxada por países como a Tailândia.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/05/2019****Seção: Finanças****Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo****Título: Caixa busca formas de atrair varejo para oferta da Petrobras**

A Caixa está buscando, junto com os demais coordenadores da oferta subsequente de ações (follow-on) de sua participação na Petrobras, novas estruturas de varejo para a operação. O banco quer aumentar a participação de investidores pessoa física nessa oferta e nas, últimas semanas, discutiu alguns modelos com a Comissão de Valores Mobiliários, apurou o **Valor**.

Essa modelagem atrasou um pouco o cronograma da oferta, que inicialmente teria faixa de preço já definida esta semana, conforme duas fontes.

Um dos modelos avaliados é um "lock-up" para o varejo - uma restrição de se desfazer das ações por determinado período - e outra estrutura discutida é a composição de fundos específicos de varejo com papéis dessa operação, para aumentar a adesão sem aumentar a volatilidade do papel em redes de distribuição como a própria Caixa e a plataforma da XP Investimentos, disseram as fontes. Pulverizar a oferta também ajudaria a manter um preço melhor, na avaliação dos bancos.

Caixa, assessores financeiros e investidores acompanham o desfecho da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), transmissora de gás da Petrobras. A venda foi suspensa pelo ministro Edson Fachin na sexta-feira passada e pode ser revista. A expectativa é que a decisão fosse feita na sessão de ontem, mas o STF decidiu dividir a discussão em duas sessões - a próxima será somente na quarta-feira, dia 5.

A suspensão de desinvestimentos da Petrobras pode atrapalhar as perspectivas para a empresa - e, consequentemente, afetar a demanda ou o preço da oferta de ações. A avaliação de três pessoas envolvidas diretamente no follow-on e de duas pessoas da ponta compradora é que o impacto seria negativo sobre preço, mas que não inviabilizaria a oferta no curto prazo. As cinco fontes, no entanto, estão "confiantes" de que a decisão será revista e a venda liberada.

As ações da Petrobras tiveram desvalorização forte em abril, quando o governo federal interveio na definição do preço do diesel. A decisão foi revista depois, mas os papéis não recuperaram o mesmo patamar ainda. Ontem, com o

adiamento da decisão do STF, também caíram. No entanto, no acumulado do ano, ainda registram alta. As ações ordinárias sobem 8,44% no ano, e as preferenciais, 10,14%.

O follow-on das ações da Petrobras detidas pela Caixa é coordenado pelo banco público, Bank of America, Morgan Stanley, UBS e XP Investimentos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Brasil

**Autor:** Bruno Villas Bôas e Alessandra Saraiva | Do Rio

**Título:** Aposta é que setor extrativo vai melhorar

O rompimento da barragem de rejeitos da mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (Minas Gerais), foi uma espécie de "pá de cal" no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, que caminhava para a estagnação.

Economistas acreditam, porém, que o pior momento da indústria extrativa - que inclui mineração e petróleo - ficou no primeiro trimestre e que o resultado negativo deve ser atenuado ao longo do ano.

A indústria extrativa recuou 6,3% no primeiro trimestre deste ano em relação aos últimos três meses de 2018, segundo os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o pior desempenho desde o fim de 2008, no auge da crise financeira global. Além de Brumadinho, a queda do setor foi influenciada pelo menor valor adicionado da atividade de extração de petróleo, com a parada programa de plataformas.

Nos cálculos da Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a indústria extrativa caminhava para um crescimento de 3,2% neste ano antes do rompimento da barragem de Brumadinho. Pelo quadro atual, a tendência é que o setor fique estável neste ano, em relação ao ano passado. Essa diferença vai impactar em 0,1 ponto percentual o PIB deste ano.

José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de macroeconomia o Ipea, diz que a produção de petróleo deverá ser o principal fator atenuador do comportamento da indústria extrativa ao longo do ano, num ano aparentemente perdido para o minério de ferro. Projeções da Petrobras apontam que a produção petróleo e gás deve crescer 7% em 2019, após ficar estagnada desde meados de 2016.

"Esse crescimento será fruto de investimentos no pré-sal, com entrada em operação de algumas plataformas de petróleo. São unidades lançadas no ano passado, mas estão agora na fase mais avançada do 'ramp up' [crescimento da

produção]", afirmou o diretor, acrescentando que a suspensão de vendas de ativos da companhia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não afeta as projeções.

Para a indústria extrativa mineral, a tendência para o restante do ano é mais incerta. A Vale projeta que suas vendas de minério de ferro devem ficar entre 307 milhões e 332 milhões de toneladas neste ano, abaixo da previsão original de 382 milhões de toneladas. A companhia estuda acelerar a produção do complexo S11D, em Corumbá (PA), mas os resultados não devem ser colhidos em curto prazo.

Francisco Pessoa, economista da LCA Consultores, afirma que parte da piora da produção da indústria extrativa neste início de ano tem relação com fatores climáticos, que atrapalharam a produção no Sistema Norte da mineradora, que compreende Carajás, Serra Leste e o projeto S11D. Neste caso, trata-se de um fator sazonal que pode ser recuperado.

"A questão é o que vai acontecer em Minas Gerais. A produção é frequentemente interrompida em uma mina ou outra, pela Justiça ou pela própria empresa. Desta forma, é bastante incerto o que vem pela frente", disse Pessoa, que prevê uma queda de 8,2% na produção de minério de ferro medida pelo IBGE e avanço de 7,7% da produção de petróleo.

Nos cálculos da LCA Consultores, o valor adicionado da indústria extrativa deve crescer de 0,5% a 1% neste ano. "Seria um ano bom para a atividade, não fosse o acidente de Brumadinho", afirmou Pessoa, acrescentando que a previsão preliminar considera a queda da indústria de transformação no primeiro trimestre. "Eu achava que o resultado seria até mais negativo."

De acordo com Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, o PIB brasileiro teria ficado estável no primeiro trimestre deste ano, frente ao quarto trimestre do ano passado, não fosse o resultado ruim da indústria extrativa. O PIB recuou 0,2% no período, movimento explicado pelo dado ruim da indústria e da agropecuária.

Conforme os dados das Contas Nacionais Trimestrais, o PIB brasileiro recuou 0,2% no primeiro trimestre deste ano na comparação com o período de outubro a dezembro ano passado. Foi o primeiro resultado negativo do PIB desde o quarto trimestre de 2016, quando havia recuado 0,6% em relação aos três meses imediatamente anteriores.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/05/2019****Seção: Brasil****Autor: Ana Krüger | De Brasília****Título: Retomada só ganhará força com melhora do cenário fiscal, diz Guedes**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que não se pode esperar uma reação da economia enquanto o cenário fiscal não estiver organizado. A afirmação foi feita a jornalistas quando foi questionado sobre o recuo de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre deste ano. O ministro diz que o resultado não é "novidade" para o governo. "Nós sempre falamos que a nossa economia está estagnada à espera das reformas", disse.

Ainda assim, Guedes disse estar confiante e afirmou acreditar que o PIB do próximo trimestre já virá positivo. "Vamos fazer a reforma tributária, o choque da energia barata, a revisão do pacto federativo, e o investimento será retomado", diz.

Segundo ele, houve um otimismo muito grande com a eleição de Jair Bolsonaro e a plataforma liberal do candidato, que levaram a expectativas de crescimento de 2%, 3%, já neste ano. "A eleição do Bolsonaro significa que o Brasil não vai virar a Venezuela, mas não garantiu que não vai virar a Argentina", disse. Na avaliação de Guedes, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, demorou a implantar grandes reformas no país. "Com a nossa reforma da Previdência, o Brasil não vira mais a Argentina. Ao contrário, vai voltar a crescer."

Para o ministro da Economia, no primeiro trimestre não faltaram medidas de estímulo ao crescimento e à produtividade. De acordo com Guedes, ao fazer apenas medidas de estímulo pontuais, e não reformas estruturantes, o Brasil virou um país que não cresce.

Guedes reafirmou que a reforma da Previdência vai "estancar a sangria" e abrir o horizonte fiscal do Brasil para as reformas seguintes e para a atração de investimentos. "Com a revisão do pacto federativo, vamos colocar os Estados de pé e com a reforma tributária vamos estimular o setor privado", disse. Segundo Guedes, a partir do segundo semestre, o Brasil começará "a decolar" -a expectativa é que o Congresso aprove nesse período as mudanças nas aposentadorias.

O ministro também refutou a ideia de o Banco Central baixar os juros como forma de estimular o crescimento. "Você só pode baixar o juro se tiver um regime fiscal de pé, e tudo isso exige as reformas antes." Guedes afirmou que os

juros e os impostos começarão a recuar, justamente porque a parte fiscal foi equacionada.

A Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia, também emitiu nota sobre o resultado do PIB e defendeu "políticas pelo lado da oferta que visem o crescimento não apenas agora, mas também no médio e longo prazos". A secretaria também criticou as diversas políticas de estímulo à demanda implementadas nos últimos 40 anos, "demonstrando-se incapazes de promover o crescimento sustentado".

Para a SPE, além das restrições de caráter estrutural ao crescimento da economia brasileira, diversos choques de curto prazo se refletiram negativamente no resultado trimestral. O ambiente externo caracterizou-se por incertezas e crescimento relativamente lento, reduzindo o potencial tanto do comércio exterior quanto dos fluxos de investimentos. Com isso, projetos foram adiados e a recuperação da economia revelou-se mais lenta do que o esperado no início do ano.

"A agropecuária teve reflexos de intempéries climáticas no início do ano. Todavia, as estimativas mais recentes apontam para recuperação da safra ao longo do ano, o que deverá contribuir para a retomada do PIB do setor agropecuário. No caso da indústria, houve impacto da tragédia de Brumadinho (MG) com reflexos na produção extrativa mineral. Para a indústria de transformação, a crise na Argentina gerou reflexos na exportação de manufaturados. Constata-se desempenho positivo do comércio no primeiro trimestre, gerando carry over (efeito carregamento) de 2% para o ano de 2019, o que contribuirá para o resultado do PIB de serviços".

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Política**

**Autor: Ana Krüger | De Brasília**

**Título: Para Guedes, aliança com Centrão é decisiva**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem a jornalistas que os três Poderes estão alinhados, são harmônicos, mas atuam de forma independente. Nesta semana o presidente Jair Bolsonaro anunciou um pacto entre os Poderes.

Guedes também defendeu a importância da aliança com os partidos do Centrão, que considera decisivos. A declaração foi feita após reunião no Ministério da

Economia com a bancada do Partido Novo na Câmara. "A pauta vai ser muito construtiva daqui para frente. É uma aliança [de centro-direita] que está sendo formada pela primeira vez, então é natural que leve algum tempo", ponderou.

Sobre o Judiciário, Guedes contou que ontem passou quase o dia todo no Supremo Tribunal Federal (STF) conversando com ministros da Corte. "Toda essa parte de legislação é decisiva para destravar a economia", disse.

O ministro afirma que apenas está esclarecendo o cenário aos ministros para que os magistrados possam decidir. "O que decidirem será respeitado", disse Guedes.

O titular da Economia afirma que há "aparentes interferências na economia", mas que são legítimas. Na sequência, Guedes citou o caso da Petrobras para falar sobre obstáculos a investimentos. Para o ministro, a criação ou privatização de estatais passa, sim, por projeto de lei. Porém, se todos os passos das estatais tiverem que passar pelo Judiciário, os investimentos travam.

"Se tudo que a estatal tiver que fazer, comprar ou vender, tiver que ser avaliado juridicamente, os investimentos não virão para a extração de petróleo. Eu tento dar esse ângulo econômico para que os legisladores entendam os efeitos sobre a economia que podem ser devastadores, caso haja uma interferência jurídica num procedimento normal de uma companhia de petróleo", afirmou.

"Se o Brasil for hostil a investimentos, será um país rico em recursos, mas pobre", completou.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: Daniela Amorim Denise Luna Vinicius Neder / RIO**

**Título: Brumadinho puxa resultado negativo do setor industrial**

Indústria extrativa teve o pior desempenho entre principais atividades; recuo de 1,7% nos investimentos atingiu as obras de infraestrutura

A tragédia do rompimento da barragem na mineradora Vale na região de Brumadinho (MG), no fim de janeiro, teve impacto no resultado do setor industrial brasileiro, que recuou 0,7% no primeiro trimestre de 2019. As indústrias extrativas despencaram 6,3% em relação ao quarto trimestre de 2018, o pior desempenho entre as principais atividades destacadas, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sozinha, a indústria

extrativa retirou 0,2 ponto percentual da variação do Produto Interno Bruto (PIB) na passagem do quarto trimestre de 2018 para os três primeiros meses deste ano.

Não fosse o setor, o PIB tenderia a ficar no zero a zero na comparação com o quarto trimestre de 2018, calculou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis. "Depois de janeiro, houve várias interrupções voluntárias e involuntárias de barragens da Vale, por medida de segurança ou decisões judiciais. Também houve problemas no norte do País, porque o porto no Maranhão que escoia a produção de minério foi afetado por chuvas", explicou José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O setor extrativo teria potencial para crescer 3,2% em 2019, não fossem os efeitos colaterais do desastre de Brumadinho, estimou o Ipea.

O órgão prevê agora que o segmento encerre o ano estagnado, com parte da redução na produção de minério de ferro sendo compensada pelo avanço esperado pela Petrobrás na extração de petróleo e gás. No fim das contas, o impacto no crescimento econômico do ano deverá ser pequeno. Além do setor extrativo, outros segmentos da economia também puxaram para baixo o desempenho do PIB industrial no trimestre. Houve recuo também na indústria de transformação (-0,5%) e construção (- 2,0%). A indústria brasileira já se encontra em recessão técnica, acumulando dois trimestres de quedas, alertou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Como o setor tem grande encadeamento com o restante da economia, existe risco de contaminação para o restante do PIB. "Quando o setor industrial vai bem, ele puxa o investimento. A indústria de transformação é a grande mola propulsora da economia, é o setor que guarda mais relação com outros setores. Ele puxa, dissemina, espalha crescimento para outras atividades, inclusive que estimulam o emprego. A perda traz sinalizações preocupantes para a economia como um todo, traz dificuldades para voltar a crescer. É uma tragédia anunciada. Estamos acumulando problemas de demanda com problemas estruturais", disse Rafael Cagnin, economista- chefe do Iedi.

Efeito dominó. O recuo na indústria de transformação no primeiro trimestre afetou o desempenho de alguns serviços, como transporte e comércio, disse Claudia Dionisio, gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE. Já a queda no PIB da indústria da construção foi marcada pela retração dos investimentos, uma vez que houve alta no segmento imobiliário e tombo nas obras de infraestrutura. A retração de 1,7% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos do PIB) foi o destaque, pelo lado da demanda, na retração do PIB do primeiro trimestre. O nível dos investimentos na economia estão 29% abaixo do pico alcançado no segundo trimestre de 2013.

Os cortes nos investimentos públicos, em meio aos ajustes fiscais dos governos, em todas as esferas, atingiram em cheio as obras de infraestrutura, acrescentou Rebeca, do IBGE. "O gasto público, dentro do investimento, é muito importante, especialmente em infraestrutura. Isso é histórico. O que é afetado primeiro, onde você corta, são os investimentos."

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Mundo

**Autor:** Ricardo Delia Coletta e Gustavo Uribe

**Título:** Governo desconvida embaixadora de Juan Guaidó

Brasília- Pressionado pela ala militar do governo, o Itamaraty desconvidou a representante no Brasil do autoproclamado presidente da Venezuela, Juan Guaidó, para a cerimônia de entrega de cartas credenciais ao presidente Jair Bolsonaro na próxima semana.

Na terça-feira (4 de junho), Bolsonaro deve recepcionar no Palácio do Planalto os novos embaixadores de sete países: México, Colômbia, Paraguai, Arábia Saudita, Peru, Guiné e Indonésia.

Segundo uma circular diplomática à qual a Folha teve acesso, Maria Teresa Belandria, indicada em fevereiro para atuar como embaixadora de Guaidó no Brasil, também havia sido convidada a entregar suas credenciais a Bolsonaro no dia 4 de junho.

O Brasil, assim como outros 50 países, incluindo os EUA, reconhece Guaidó como presidente interino da Venezuela.

No entanto, ela acabou excluída do evento por pressão da ala militar do governo.

Na tradição diplomática, a apresentação das credenciais ao chefe de Estado marca oficialmente o início da missão de um embaixador como representante do seu país em uma nação estrangeira.

Os militares avaliaram que a participação na cerimônia de uma liderança da oposição ao regime chavista seria uma provocação desnecessária ao ditador Nicolás Maduro, justamente no momento em que os generais conseguiram reduzir a tensão entre os dois países.

A fronteira entre as cidades de Pacaraima (em Roraima) e Santa Elena de Uairén (na Venezuela), que ficou fechada por quase três meses, foi reaberta no início de maio.

O governo também retomou nas últimas semanas as negociações com emissários de Maduro para que a Venezuela volte a vender energia elétrica para Roraima, que depende da importação de eletricidade.

Além das questões práticas, há um cálculo político por trás do veto a Belandria.

Os militares avaliam que o levante liderado por Guaidó em 30 de abril não foi bem-sucedido e enfraqueceu sua posição.

Embora os conselheiros militares de Bolsonaro desejem uma mudança de governo na Venezuela, eles consideram que, ao menos no curto prazo, o mais provável é que Maduro continue no poder. Sendo assim, dizem, o país precisa preservar alguma interlocução com o regime. Maduro tem um representante em Brasília, o diplomata Ereddy Efrain.

Nesse cenário, igualar Belandria aos demais embaixadores acreditados poderia elevar a tensão com o vizinho.

Segundo relatos feitos à Folha, a área de inteligência do Planalto avaliou que havia o risco de que a formalização do reconhecimento diplomático da indicada de Guaidó levasse a um novo fechamento da fronteira com a Venezuela.

Nas palavras de um assessor presidencial, não cabe fazer esse tipo de gesto neste momento, ainda mais diante do enfraquecimento do líder opositor.

A opinião sobre a posição delicada em que se encontra Guaidó foi expressa, em 30 de abril, pelo ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Augusto Heleno.

A época, Heleno disse que o apoio das Forças Armadas venezuelanas ao presidente autoproclamado não alcança "os altos escalões" e que "não há uma expectativa de solução no curto prazo."

Procurado, o Ministério das Relações Exteriores não comentou o desconvite a Belandria. A representante de Guaidó, por sua vez, disse que o tema é "protocolar".

"Será agendada uma nova oportunidade para a Venezuela. O apoio do Brasil continua sendo sólido, forte e decidido", disse Belandria.

A ação dos militares para barrar a representante de Guaidó deixa novamente em evidência a disputa entre os generais do governo Bolsonaro e o chanceler Ernesto Araújo.

Os militares desaprovam a forma como Araújo conduziu a resposta do Brasil à crise na Venezuela. Para eles, o ministro alinhou o Brasil a uma estratégia, liderada pelos EUA, excessivamente agressiva contra Maduro, que ainda controla o território venezuelano.

Desde o fim de fevereiro, os militares atuam para limitar a influência de Araújo nas principais decisões o país vizinho.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Ciência

**Autor:** Rafael Garcia

**Título:** Amazônia perde 'uma Alemanha' em 60 anos

Estudo na Science aponta que 146 unidades de conservação foram modificadas e afirma que Brasil lidera retrocessos

São Paulo- As áreas de preservação ambiental do planeta têm sofrido inúmeros processos de reversão ao longo dos últimos 50 anos, e os dois grandes focos do problema hoje são Brasil e EUA, conclui um novo estudo.

Desde 1961, 146 unidades de conservação brasileiras tiveram suas áreas reduzidas, seu status de proteção rebaixado ou foram simplesmente removidas.

O novo levantamento, conduzido por uma equipe internacional de cientistas liderados pela ONG de pesquisa ambiental CI (Conservation International), sai na edição desta quinta (30) da revista Science. Os pesquisadores fizeram um levantamento global do problema — batizado de PADDD, do inglês para "recategorização, redução e extinção de áreas protegidas" — e encontraram 3.749 atos de gestão afetando mais de 500 mil km<sup>2</sup> originalmente designados para proteção. Desses, 440 são em países da Amazônia, 148 dos quais no Brasil.

Há intensificação recente nesse tipo de retrocesso, dizem os autores do estudo, sendo que 78% dos eventos ocorreram desde 2000.

"O estabelecimento de áreas protegidas não pode ficar só na criação", afirma Rachel Golden Kroner, ecóloga da Universidade George Mason, na Virginia, autora do estudo. "Há muitas maneiras de impor retrocessos legais e formais, e é preciso apoiá-las para além do momento de sua origem".

Ao todo, as revisões de unidades de conservação nos países que abrigam a Amazônia implicaram na perda de 155 mil km<sup>2</sup> de área protegida e no enfraquecimento de 209 mil km<sup>2</sup>, afetando um território maior que o da Alemanha.

Um dos principais problemas identificados no estudo foi que as alterações em unidades de conservação frequentemente ocorreram de forma abrupta, enquanto o estabelecimento destas seguia processos longos e complexos.

"Os processos de PADDD deveriam em princípio ter os mesmos critérios rigorosos de criação, especialmente os estudos científicos e a consulta pública", afirma Bruno Coutinho, pesquisador da CI Brasil e coautor do estudo. "Mas a grande maioria dos eventos que a gente conseguiu rastrear ocorreram sem estudo e sem consulta."

Entraram na conta dos pesquisadores episódios como o ocorrido em setembro de 2018, quando a Assembleia Legislativa de Rondônia revogou num único dia decretos que tinham criado 11 unidades de conservação no estado.

Outros focos de eventos PADDD no Brasil foram as regiões do Rio Tapajós e da BR 163, que liga o agronegócio do Mato Grosso ao rio Amazonas.

Enquanto no Brasil o tipo de retrocesso mais comum em áreas protegidas era a redução de limites, nos outros países na América do Sul (que abrigam partes da Amazônia) o problema maior foi o rebaixamento do status de proteção. Como reservas biológicas de proteção integral se tornando áreas onde a extração de petróleo e minério é permitida, sob certas condições.

A mineração e as obras de infraestrutura (sobretudo usinas hidrelétricas) foram os principais fatores de pressão que levaram à revisão de unidades de conservação, aproximadamente em metade dos casos. O agronegócio, principal motor do desmatamento no Brasil, exerce uma influência mais indireta sobre unidades de conservação, com deslocamentos populacionais e demandas por obras de infraestrutura.

O cenário na América do Sul foi colocado pelos pesquisadores em paralelo com o dos Estados Unidos, onde eles conseguiram identificar 269 eventos de recategorização, redução e extinção de áreas protegidas ao longo de 12 décadas, com aumento acentuado durante o governo Trump. O principal fator de pressão na América do Norte foi a infraestrutura, com a mineração representando uma ameaça relativamente menor hoje.

Tanto no Brasil quanto nos EUA, os pesquisadores identificaram decisões legislativas ou de governo que buscavam reverter os danos às áreas protegidas, mas não foi calculado o quanto essas medidas efetivamente conseguiram salvar de biodiversidade. O fenômeno evidencia que em muitos casos as unidades de conservação são alvo de disputa constante.

No Brasil, existe pouca perspectiva hoje de resolver o problema do desequilíbrio de rigor para criar ou alterar unidades de conservação.

Enquanto projetos de lei e medidas provisórias de redução de unidades de conservação — o que, nesse último caso, é considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal — continuam emergindo, existe até mesmo proposta para tornar a criação de áreas protegidas ainda mais burocrática.

O projeto de lei 1995 de 2019, do senador Mareio Bittar (MDB-AC), por exemplo, exige que as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores sejam consultadas para criação de unidades de conservação federais, algo que hoje requer somente a discussão na esfera da União.

O poder executivo também deu sinais de que tem a intenção de mexer no SNUC, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e não necessariamente para ampliar o status de preservação referido em lei.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou crer que algumas unidades de conservação foram criadas "sem critério técnico" e pretende fazer uma "revisão geral" no sistema, ainda que não tenha expedido nenhum decreto.

Os autores do estudo publicado na revista Science afirmam que não são contra qualquer mudança proposta para rever unidades de conservação, sobretudo quando o motivo é o benefício a comunidades tradicionais locais.

"Não vemos necessariamente problema nos recuos quando estes resultam de processos rigorosos, participativos, baseados em evidência científica e no envolvimento de partes envolvidas", afirma Kronen. "Isso é preferível a simplesmente mudar os limites das áreas de proteção rapidamente, sem ouvir comunidades afetadas, sem consulta pública e sem transparência."

Paralelamente aos trabalhos acadêmicos, a pesquisadora e seus colegas mantêm o site [www.paddtracker.org](http://www.paddtracker.org), um mapa interativo que mostra todos os recuos propostos e realizados para unidades de conservação no mundo.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 31/05/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Investidor quer sinal de Bolsonaro sobre ambiente

MADRI - Os organismos internacionais de crédito IFC (braço financeiro do Banco Mundial) e IDB Invest (ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento)

veem grandes oportunidades de investimento em infraestrutura no Brasil, mas esperam sinalização do governo de Jair Bolsonaro em relação à agenda ambiental.

Segundo Gema Sacristán, que chefia o escritório de investimentos do IDB, o Brasil é signatário do Acordo de Paris, firmado em 2015, e a expectativa da instituição é que o governo brasileiro cumpra o acertado dentro do prazo.

O acordo prevê a redução de gases de efeitos estufa. O Brasil se comprometeu a cortar 37% das emissões até 2025. Bolsonaro declarou, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que o Brasil vai cumprir o acordo, mas de tem mantido posição dúbia em relação a questões ambientais.

"Ainda falta sinalização mais forte do governo sobre aposição em relação ao acordo de Paris", diz Gema.

Questões ambientais têm um crescente peso na liberação de recursos de várias instituições financeiras.

Segundo Marcelo Castellanos, responsável do IFC na América Latina, dos investimentos em infraestrutura que somam US\$ 3 trilhões (R\$ 11,9 trilhões) na região, US\$ 1 trilhão (R\$ 3,98 trilhões) será destinado ao Brasil. "O IFC já não financia negócios do setor de petróleo nem instituições que não têm compromissos ambientais", diz.

Ele e Gema falaram nesta quinta-feira (30) no 8º Encontro Santander da América Latina, em Madri. AL

A jornalista viaja a convite do Santander

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: MARCELLO CORREA E CAROLINA BRÍGIDO**

**Título: Paulo Guedes vai ao STF defender privatizações**

Para ministro, interferência do Judiciário seria "devastadora". Corte adia conclusão de julgamento que afeta plano da Petrobras

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, visitou ontem ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e afirmou que a interferência do Judiciário no programa de privatizações do governo seria "devastadora" para a atração de investimentos para o país. O plenário da Corte iniciou ontem o julgamento de duas liminares que suspenderam negócios da Petrobras e podem afetar a venda

de outras estatais. A sessão, no entanto, foi encerrada antes de os ministros votarem.

Uma das liminares foi concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski e condiciona a venda do controle de estatais e subsidiárias à autorização do Congresso e à realização de licitação. A outra, concedida pelo ministro Edson Fachin, suspendeu especificamente a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras, já acertada com consórcio liderado pela francesa Engie por US\$ 8,6 bilhões.

Anteontem, a Petrobras informou que uma decisão liminar da Justiça Federal do Rio suspendeu também o processo de venda de duas de suas fábricas de fertilizantes: a Araucária Nitrogenados (Ansa) e a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III).

As intervenções da Justiça ameaçam o programa de venda de ativos da estatal para reduzir endividamento e concentrar investimentos na exploração de petróleo. Considerando o controle de grandes negócios que a estatal cogita vender, como a Liquigás e um conjunto de oito refinarias, cerca de US\$ 32 bilhões podem ser ameaçados.

#### SESSÃO DE MENOS DE 1H30

Para Guedes, obstáculos judiciais e legais são preocupantes porque podem interferir até na exploração de recursos do pré-sal, que, segundo ele, podem render até R\$ 1 trilhão em 20 anos.

— Tento dar essa ângulo econômico para que os legisladores entendam os efeitos sobre a economia, que podem ser devastadores caso haja uma interferência jurídica num procedimento normal de uma companhia de petróleo — disse Guedes.

— A Constituição brasileira diz que existe a livre iniciativa no Brasil. O Brasil é um país de livre mercado e de livre iniciativa. É o artigo 173 da Constituição. Se quiser estatizar, precisa de lei. Agora, uma vez criada a estatal, se ela compra ou vende a empresa, é uma atitude negocial dela.

Apesar da visita aos ministros do STF, Guedes afirmou que não pretende influenciara decisão deles e ressaltou a independência dos poderes:

— Não tento influenciar, só tento esclarecer do lado de cá o que aconteceu.

Apenas uma hora e 20 minutos depois do início das sustentações orais dos advogados envolvidos nas duas liminares sobre privatizações, o presidente do STF, Dias Toffoli, decidiu não avançar no julgamento ontem. Dessa forma, o

tema será retomado na próxima semana, tirando da pauta outro processo delicado para o governo, o que trata da descriminalização do uso de drogas. A ação estava agendada para a próxima quarta-feira e agora não tem mais previsão de voltar à pauta.

Na sessão de ontem, o vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, elogiou a liminar de Lewandowski e defendeu que o plenário mantenha a decisão. Já o advogado-geral da União, André Mendonça, defendeu a privatização como forma de reinvestimento das estatais, que, segundo ele, estão endividadas e sucateadas. Mendonça argumentou que as subsidiárias não foram criadas por lei específica. Portanto, não faria sentido a aprovação de lei para autorizar sua venda.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 31/05/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: DAIANE COSTA**

**Título: 'A estagnação pode virar recessão com facilidade'**

Entrevista : Marcos Lisboa, presidente do Insper

Para o economista Marcos Lisboa, presidente do Insper, o Brasil só conseguirá afastar os riscos de uma nova recessão, que pode chegar mais severa do que a vivida entre 2014 e 2016, se o governo construir uma agenda de reformas estruturais que melhore o ambiente de negócios, principalmente realizando a reforma tributária.

Como podemos classificar o atual momento da economia brasileira?

Nossa economia cresce pouco e com muitas dificuldades. Os estados não conseguem pagar suas despesas obrigatórias e investir em infraestrutura, na manutenção de viadutos, na limpeza de bueiros e em serviços de segurança. Estamos assistindo a uma degradação dos serviços públicos em várias regiões.

E o governo federal não consegue gerar receitas para pagar suas despesas obrigatórias e tem de pegar dinheiro emprestado para pagar as despesas correntes. É como se uma família tivesse de se endividar para pagar o aluguel.

Corremos o risco de voltar à recessão?

Com toda a incerteza que o país vive, essa estagnação pode virar uma recessão com muita facilidade. E ainda corremos o risco de ela ser mais severa do que a que ocorreu em 2015. Se não fizermos reformas estruturais, estamos condenados a ter um crescimento baixo, de 1% ao ano, por muitos anos.

Porque crescemos tão pouco desde que saímos da recessão, no fim de 2016?

Isso é resultado do ambiente de negócios degradado do país, que é consequência de uma série de intervenções equivocadas que começaram há mais de uma década no setor de óleo e gás e elétrico, que fez a oferta de energia diminuir e ficar cara, deixando as empresas fragilizadas.

A energia é insumo da produção industrial. Sem ela, não conseguimos construir rodovias, aeroportos. E, sem investimentos em infraestrutura, como o país voltará a crescer?

O sistema tributário hoje é caótico, as regras são mal definidas e mudam com frequência.

Como saímos desse atoleiro?

O problema do Brasil está no ambiente de negócios e na questão fiscal. É preciso construir uma agenda para enfrentar os problemas que prejudicam o investimento e a produtividade.

Sem isso, o Brasil não vai crescer.

O senhor enxerga sinais dessa agenda por parte do governo?

Até agora não veio uma agenda. O governo está discutindo muito a Previdência, isso é importante, e a proposta de reforma é boa. Mas a reforma da Previdência não economiza dinheiro, ela só faz com que o gasto público cresça mais devagar.

É preciso fazer outras reformas fiscais para recuperar a capacidade do Estado de cumprir suas obrigações, além de adotar agendas para abrir a economia. Mas não temos uma agenda de comércio exterior, e a discussão tributária está confusa. São muitos anúncios, mas pouca clareza.

**MME / ASCOM .**